

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [●]/[●]

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP), NA MODALIDADE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, PARA A CONSTRUÇÃO,
MANUTENÇÃO E GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO PEDAGÓGICOS DE 27
(VINTE E SETE) NOVAS UNIDADES ESCOLARES DOMUNICÍPIO DE JOINVILLE

As informações contidas neste documento são apenas referenciais e não vinculantes. Cabe à LICITANTE realizar o levantamento das informações e documentos, inclusive por meio da realização de visitas técnicas, responsabilizando-se, ainda, pelos custos e despesas referentes às providências necessárias para elaboração de suas PROPOSTAS COMERCIAIS.

CONSULTA PÚBLICA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL	4
3. PASSIVO AMBIENTAL.....	8
4. DISPOSIÇÕES FINAIS	9

CONSULTA PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente ANEXO tem por finalidade apresentar as diretrizes ambientais mínimas a serem consideradas na prestação de serviços sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, conforme prevista no CONTRATO.

1.2. A CONCESSIONÁRIA deverá, ao logo do PRAZO DO CONTRATO, adequar seus procedimentos e instruções técnicas para realização do OBJETO sempre que a legislação ambiental vigente sofrer atualização, alteração ou ampliação de seu texto, arcando com as respectivas despesas daí decorrentes.

1.3. As diretrizes ambientais previstas neste ANEXO não excluem a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA em observar a legislação ambiental vigente, sendo sua obrigação realizar os levantamentos, estudos e análises necessários, nos termos do CONTRATO e de seus respectivos ANEXOS.

2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

2.1. Será de única e exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a realização do processo de licenciamento ambiental, quando esse for exigido pelos órgãos competentes, de todas as atividades relacionadas ao OBJETO, bem como a obtenção, por sua conta e risco, das licenças ambientais necessárias à viabilização da CONCESSÃO, devendo mantê-las e renová-las, conforme o caso, durante todo o PRAZO DO CONTRATO.

2.2. O disposto na subcláusula anterior inclui licenças, autorizações, certidões, alvarás, de qualquer natureza, necessárias ao regular desenvolvimento do OBJETO, perante os órgãos e entidades públicos municipais, estaduais e federais competentes, devendo atender, entre outras, as seguintes normas e quaisquer outras que lhes substituam, regulamentem ou interpretem:

- a)** Lei Federal nº 6.938/1981 – dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação;
- b)** Lei Federal nº 12.305/2010 – institui Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- c)** Decreto Federal nº 10.936/2022 – regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- d)** Lei Federal nº 12.651/2012 – dispõe sobre a proteção de vegetação nativa;
- e)** Lei Estadual nº 14.675/2009 – institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina;
- f)** Lei Complementar Municipal nº 29/1996 – institui o Código Municipal de Meio Ambiente de

Joinville e dispõe sobre a Política Ambiental do MUNICÍPIO;

- g)** Lei Complementar Municipal nº 395/2013 – dispõe sobre a política municipal de resíduos sólidos de Joinville;
- h)** Instrução Normativa IMA/SC nº 24 – dispõe sobre supressão de vegetação nativa em área urbana no Estado de Santa Catarina;
- i)** Resolução CONAMA nº 001/1986;
- j)** Resolução CONAMA nº 237/1997;
- k)** Resolução CONAMA nº 307/2002;
- l)** Resolução CONAMA nº 420/2009;
- m)** Resolução CONSEMA SC nº 250/2024;
- n)** ABNT NBR 7500 – identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos;
- o)** ABNT NBR 8371 – ascarel para transformadores e capacitores - características e riscos;
- p)** ABNT NBR 10004 – resíduos sólidos - classificação; e
- q)** ABNT NBR 13221 – transporte terrestre de resíduos.

2.3. As normativas ambientais aplicáveis ao OBJETO deverão ser observadas pela CONCESSIONÁRIA inclusive quando da apresentação dos seus projetos, consistente no planejamento das atividades da CONCESSIONÁRIA para consecução dos encargos do CONTRATO.

2.4. No Estado de Santa Catarina, o Instituto do Meio Ambiente (IMA), instituído pela Lei Estadual nº 17.354/2017, é a órgão responsável pelo licenciamento ambiental, sendo vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS).

2.5. O enquadramento de atividades passíveis de licenciamento ambiental se baseia em listagem contida no Anexo VI da Resolução Consema SC nº 250/2024.

2.6. Será de única e exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o cumprimento e o integral custeio das ações para cumprimento de condicionantes ambientais impostas pelos órgãos ambientais no âmbito do processo de licenciamento ambiental, assim como a integral remediação de danos ambientais causados em função das atividades desenvolvidas no âmbito da CONCESSÃO.

2.6.1. Na hipótese de as intervenções necessárias à execução do OBJETO da CONCESSÃO não estarem

sujeitas a licenciamento ambiental, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, ao PODER CONCEDENTE, a dispensa de licenciamento ambiental emitida pelos órgãos ambientais competentes em até 10 (dez) dias antes da data prevista para o início das obras e demais atividades a serem realizadas na ÁREA DA CONCESSÃO.

2.6.2. A eventual dispensa de licenciamento ambiental não exige a CONCESSIONÁRIA de obter as demais autorizações, permissões e outorgas de natureza ambiental eventualmente exigidas pela legislação vigente, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas no CONTRATO e seus ANEXOS, em especial o ANEXO VIII do CONTRATO – PENALIDADES, e sem prejuízo das sanções legais aplicáveis.

2.6.3. Na hipótese de as intervenções necessárias à execução do OBJETO da CONCESSÃO estarem sujeitas ao licenciamento ambiental, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, ao PODER CONCEDENTE, a licença ambiental emitida pelos órgãos ambientais competentes em até 10 (dez) dias contados da data de sua emissão.

2.6.4. Na hipótese de eventual mudança na legislação e normas ambientais aplicáveis que passe a exigir o licenciamento ambiental para a construção e/ou operação das UNIDADES ESCOLARES, a CONCESSIONÁRIA será responsável por conduzir o processo de licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes, devendo apresentar as licenças ambientais emitidas ao PODER CONCEDENTE em até 10 (dez) dias contados da data de sua emissão.

2.7. A CONCESSIONÁRIA não está autorizada a executar o OBJETO sem que tenha obtido previamente todas as licenças, autorizações, outorgas e permissões ambientais exigíveis pela legislação aplicável, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas no CONTRATO e sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

2.8. Será de única e exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA promover a renovação das licenças, autorizações, permissões e outorgas aplicáveis ao OBJETO, de forma a manter o atendimento da legislação ambiental aplicável durante todo o prazo de vigência do CONTRATO.

2.9. Na hipótese de supressão de indivíduos arbóreos na ÁREA DA CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá obter a respectiva autorização para supressão vegetal aplicável junto aos órgãos competentes, devendo observar e cumprir todas as condicionantes e compensações ambientais exigidas pelos referidos órgãos e pela legislação aplicável.

2.10. A CONCESSIONÁRIA deverá observar a legislação aplicável às Áreas de Preservação Permanente (APP) e manutenção de Reserva Legal, nos termos da Lei Federal nº 12.651/2012, devendo obter, conforme aplicável, a autorização para intervenção em Área de Preservação Permanente junto aos órgãos ambientais

competentes e cumprir as condicionantes ambientais eventualmente impostas pelos referidos órgãos.

2.11. A CONCESSIONÁRIA deverá observar a legislação aplicável às Unidades de Conservação, notadamente a Lei Federal nº 9.985/2000 e a Resolução CONAMA nº 428/2010, e, conforme aplicável, obter as autorizações dos órgãos gestores de Unidades de Conservação existentes na ÁREA DA CONCESSÃO ou em seu entorno para a regular execução do OBJETO.

2.12. A CONCESSIONÁRIA deverá, em cumprimento à Lei Federal nº 12.305/2010, proceder à coleta, gerenciamento e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos sólidos produzidos na ÁREA DA CONCESSÃO, inclusive no tocante ao dever de proceder à logística reversa, quando esta for aplicável.

2.12.1. Os resíduos gerados pela CONCESSIONÁRIA deverão ser adequadamente tratados em todas as suas etapas, da substituição ao descarte final ambientalmente adequado, e o tratamento associado a cada resíduo variará conforme sua natureza.

2.12.2. Os procedimentos de classificação, armazenamento e transporte de resíduos sólidos utilizados pela CONCESSIONÁRIA devem estar em consonância com as NBR, portarias, decretos e deliberações normativas ambientais em vigor.

2.12.3. A CONCESSIONÁRIA deverá disciplinar as etapas de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados na ÁREA DA CONCESSÃO por meio do Plano de Zeladoria e do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), nos termos do ANEXO IV do CONTRATO – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA.

2.12.4. Com relação aos resíduos de construção civil gerados durante a execução do PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá observar o disposto na Resolução CONAMA nº 307/2002, nas leis e normativas municipais aplicáveis, elaborando o correspondente Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) ou formulário simplificado, assinado por responsável técnico, a respeito dos resíduos sólidos desta natureza gerados na ÁREA DA CONCESSÃO.

2.12.5. A CONCESSIONÁRIA deverá observar as disposições das leis e normativas municipais aplicáveis nas hipóteses de geração, transporte e destinação final de resíduos de construção civil gerados na ÁREA DA CONCESSÃO.

2.12.6. A CONCESSIONÁRIA deverá exigir que as empresas contratadas para realizar as etapas de gerenciamento e destinação final dos resíduos sólidos gerados na ÁREA DA CONCESSÃO detenham as

licenças ambientais aplicáveis.

3. PASSIVO AMBIENTAL

3.1. Nos termos do CONTRATO, são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA os riscos atinentes à recuperação, prevenção, correção e gerenciamento de passivos e/ou irregularidades ambientais (i) cujo fato gerador tenha se materializado após a DATA DA ORDEM DE INÍCIO; ou (ii) cujo fato gerador tenha se materializado antes da DATA DA ORDEM DE INÍCIO, se a CONCESSIONÁRIA tiver dado causa ou pudesse ter identificado em vistoria prévia agendada durante a LICITAÇÃO para conhecimento pleno das condições e peculiaridades dos terrenos, bem como caso já fossem de notório conhecimento público nesse período ou tenham sido indicados de forma expressa em estudos ou relatório relacionados à CONCESSÃO, devendo o PODER CONCEDENTE ser eximido de qualquer responsabilidade daí decorrente e garantido o seu direito de regresso em face da CONCESSIONÁRIA caso haja a imputação de indenizações, condicionantes e/ou multas aplicadas pelos órgãos competente ou pelo Poder Judiciário.

3.2. A CONCESSIONÁRIA é responsável pelo gerenciamento das áreas contaminadas eventualmente identificadas na ÁREA DA CONCESSÃO, devendo promover todas as ações e intervenções necessárias à sua reabilitação nos termos da legislação aplicável.

3.3. Caso seja identificada situação que tenha o potencial de causar danos ambientais na ÁREA DA CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá adotar todas as providências e medidas necessárias à sua mitigação e correção, devendo arcar com todos os custos daí decorrentes.

3.3.1. Na hipótese descrita no subitem anterior, a CONCESSIONÁRIA deverá comunicar ao PODER CONCEDENTE, em até 3 (três) dias úteis, a respeito da identificação da situação com potencial gerador de danos ambientais, devendo elaborar e apresentar, ao PODER CONCEDENTE, plano de ação destinado à mitigação e correção da situação de risco identificada em até 15 (quinze) dias da data de sua identificação.

3.3.2. O PODER CONCEDENTE poderá indicar adequações e/ou complementações no plano de ação apresentado pela CONCESSIONÁRIA, devendo fazê-lo em até 10 (dez) dias úteis da data de sua apresentação pela CONCESSIONÁRIA.

3.3.3. Caso a situação de risco descrita no subitem 3.3 possa comprometer a saúde e/ou a integridade física dos USUÁRIOS, a CONCESSIONÁRIA deverá adotar imediatamente as medidas necessárias para a contenção da situação de risco ambiental identificada, promovendo, conforme aplicável, o isolamento da área e a realocação dos ALUNOS para outras áreas da UNIDADE ESCOLAR.

3.3.4. Na hipótese de danos à saúde e/ou à integridade física dos USUÁRIOS ou da COMUNIDADE ENVOLVIDA em função da situação descrita no subitem 3.3, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita à aplicação das sanções previstas no ANEXO VIII do CONTRATO – PENALIDADES, sem prejuízo das penalidades legais aplicáveis e de eventual pagamento de indenização às vítimas do evento.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O presente ANEXO tem caráter meramente diretivo e referencial, cabendo à CONCESSIONÁRIA atender a todas as exigências legais e condicionantes formuladas pelos órgãos ambientais competentes, inclusive não municipais se aplicável, para a emissão das respectivas licenças, permissões, autorizações e outorgas de natureza ambiental necessárias à execução do OBJETO e ao atendimento às normas aplicáveis.

4.2. A CONCESSIONÁRIA não poderá, em nenhuma hipótese, utilizar-se do disposto neste ANEXO para se eximir da responsabilidade de obtenção de todas as licenças, permissões, autorizações e outorgas ambientais exigíveis pela legislação aplicável.